

SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 30.06.95
EMENTÁRIO Nº 1 7 9 3 - 1

26/05/95

TRIBUNAL PLENO

0017930100
0376022040
0510000050

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22045-7 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO
IMPETRANTES: JUDITH COUTINHO REIS E OUTRO
IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

DESAPROPRIAÇÃO - ENQUADRAMENTO DO IMÓVEL COMO REVELADOR DE PEQUENA OU MÉDIA PROPRIEDADE - SUCESSÃO "MORTIS CAUSA". Aberta a sucessão, o domínio e posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários - artigo 1.572 do Código Civil. Daí a insubsistência de decreto para fins de desapropriação, no qual restou considerado o imóvel como um todo, olvidando-se o Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no que, mediante o preceito do § 6º do artigo 46, dispõe que, no caso de imóvel rural em comum, por força de herança, as partes ideais para os fins nele previstos são consideradas como se divisão houvesse. Propriedades diversas enquadradas como médias por não suplantarem, cada qual, considerada de per si, o teto de quinze módulos fiscais - inciso III do artigo 4º da Lei nº 8.629/93.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o mandado de segurança, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 26 de maio de 1995.

SEPÚLVEDA PERTENCE -

PRESIDENTE


MARCO AURÉLIO -

RELATOR



26/05/95

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22045-7 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO
IMPETRANTES: JUDITH COUTINHO REIS E OUTRO
IMPETRADO : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

R E L A T Ó R I O

0017930100
0376022040
0520000090

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Este mandado de segurança tem como objetivo fulminar decreto de desapropriação, de 23 de maio último, publicado no Diário da Justiça do dia imediato, mediante o qual foi considerada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a fazenda "Novo Horizonte", situada no município de Linhares-ES. Eis a argumentação dos Impetrantes:

a) a Fazenda, de 1089 hectares, pertenceu a Geraldo Pereira Reis, falecido em 26 de fevereiro de 1987, instaurando-se o processo de inventário;

b) em 1991, quando ainda tramitava inventário, os beneficiários recolheram o imposto de transmissão causa mortis;

c) ocorreu a partilha do imóvel;

d) a meeira e os herdeiros mantinham a destinação social da terra, com lavouras de café e criação de gado;

f) a meeira e os herdeiros não possuem nenhuma outra propriedade rural;

g) com a sucessão e, mais especificamente, a partilha havida, passaram a existir propriedades de médio porte, isto considerado o disposto no artigo 4º da Lei nº 8.629/93 e a circunstância de o módulo fiscal em Linhares ser

*Supremo Tribunal Federal***MS 22.045-7 ES**

igual a 20 hectares. À viúva meeira couberam 298 hectares, equivalentes a 14,9 módulos fiscais;

h) ao herdeiro Fernando Pereira Coutinho couberam 232,75 hectares, equivalentes a 11,63 módulos;

i) ao herdeiro João Carlos Pereira Coutinho coube idêntica área;

j) ao herdeiro-neto Leornado couberam 81,38 hectares, equivalentes a 4,06 módulos e a Ana Carolina, também herdeira-neta, coube idêntica área;

l) ao herdeiro Geraldo Jorge Pereira Coutinho foram destinados 19 hectares, equivalentes a 0,95 módulo e outros 143,74 hectares, a ele destinados, equivalentes a 7,18 módulos foram cedidos a terceiros, conforme consta do formal de partilha.

Assim, não se teria qualquer parte da Fazenda a revelar propriedade superior ao teto previsto no inciso III do artigo 4º da Lei nº 8.629/93, no que define o que se entende como média propriedade.

Na inicial foram feitas referências à vistoria procedida pelo INCRA, rotulando-a, os Impetrantes, como clandestina. Noticiou-se mais que a sentença alusiva à partilha transitou em julgado, registrando-se o formal no Cartório competente. Os Impetrantes ajuizaram cautelar na Quinta Vara da Seção Judiciária Federal do Espírito Santo, visando a obstar a propositura da ação desapropriatória. Com a inicial, vieram os documentos de folhas 9 a 51. À folha 54, proferi a seguinte decisão:

Vistos, etc.

1. São ponderáveis as razões contidas na inicial, tendo em conta a transmissão ocorrida e os

MS 22.045-7 ES

parâmetros do inciso I do artigo 185 da Constituição Federal. Por outro lado, o risco decorre da possibilidade de virem ter seqüência os atos objetivando a desapropriação em si.

2. Defiro a liminar, suspendendo a eficácia do Decreto desapropriatório, de 23 de maio último, relativo à Fazenda Novo Horizonte.

3. Solicitem-se informações à Autoridade apontada como coatora.

4. Após, vindo aos autos o referido pronunciamento, à Procuradoria Geral da República.

5. Publique-se.

BSB, 1/7/94

Aos autos vieram as informações de folhas 58 a 60 que, em síntese, remetem ao pronunciamento do INCRA, em que são ressaltados os seguintes aspectos:

1) a via do mandado de segurança pressupõe a prova pré-constituída;

2) no caso, não se demonstrou de forma cabal a destinação social e produtiva das terras;

3) o Decreto atacado apenas declarou o imóvel de interesse para fins de reforma agrária, não consumando desapropriação;

4) a partilha somente foi homologada por sentença em 16 de junho de 1994, ou seja, em data posterior ao Decreto;

5) o desmembramento da área pressupõe o registro no Cartório competente, demarcados os limites da propriedade;

6) as frações atribuídas aos herdeiros permanecem contíguas;

7) considerado o módulo fiscal do Município, tem-se alcançado número superior ao teto relativo à média

M

MS 22.045-7 ES

propriedade;

8) mostra-se improcedente o que articulado sobre o recadastramento do imóvel;

9) esclarecimentos colhidos pelos técnicos do INCRA revelaram o caráter improdutivo do imóvel.

A Procuradoria Geral da República emitiu o parecer de folhas 193 a 198, no sentido da concessão da ordem. Em síntese, consigna o parecer, a partir de lição de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho sobre a necessidade de serem observados princípios-normas, que, ocorrida a partilha, tem-se as propriedades como insuscetíveis de desapropriação, já que nenhuma delas suplanta o teto de quinze módulos fiscais. Aponta-se, ainda, que o Estatuto da Terra, mediante o preceito do § 6º do artigo 46, dispõe que, no caso de imóvel rural em comum, por força de herança, as partes ideais, para os fins nele previstos, serão consideradas como se divisão houvesse, devendo ser cadastrada a área que, na partilha, caberia a cada herdeiro. O INCRA não teria atentado para essa circunstância, reveladora de tratar-se, no caso, de imóveis não passíveis de enquadramento como de média propriedade, sendo, assim, insuscetíveis de desapropriação, a teor do disposto no inciso I do artigo 185 da Constituição Federal, presentes as definições contidas na Lei nº 8.629/93. Recebi estes autos para exame em 2 de setembro de 1994, liberando-os para julgamento em 5 imediato (folha 199).

É o relatório.

26/05/95

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.045-7 ESPÍRITO SANTO

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O Decreto atacado mediante este mandado de segurança consigna que a fazenda "Novo Horizonte" possui área igual a 1.089 hectares, ficando viabilizada a desapropriação, consideradas as definições de pequena e média propriedades contida no artigo 4º da Lei nº 8.629/93. Ocorre que, falecendo o proprietário - Geraldo Pereira Reis - em 26 de fevereiro de 1987, deu-se a abertura da sucessão, passando o domínio e a posse da herança aos herdeiros legítimos e possíveis testamentários - artigo 1.572 do Código Civil. A este fato soma-se outro, que diz respeito à partilha levada a efeito e à circunstância de haver alcançado pulverização que atribuiu às diversas propriedades a qualificação prevista no inciso III do artigo 4º referido, ou seja, de média propriedade. É que a meeira e herdeiros, bem como cessionário de um destes, ficaram com hectares aquém dos quinze módulos fiscais, conforme consta à folha 4 da inicial, em sintonia com o formal de partilha, cujos termos não mereceram análise por parte do INCRA. Ademais, o Estatuto da Terra, em harmonia com o Código Civil, indica que, na hipótese de imóvel rural em comum, por força de herança, as partes ideais, para fins desapropriatórios, são consideradas como se divisão houvesse - artigo 46, § 6º, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Daí a insubsistência do Decreto

0017930100
0376022040
0530015720

MS 22.045-7 ES

desapropriatório, conforme indicado pela Procuradoria Geral da República. A visão que tive da espécie, ao apreciar o pedido acautelador, confirmou-se com o exame mais aprofundado feito quando da elaboração deste voto. Concedo a ordem para afastar do cenário jurídico o Decreto de 23 de maio de 1994, publicado no Diário Oficial de 24 de maio de 1994, alusivo à declaração de utilidade pública para fins desapropriatórios da Fazenda "Novo Horizonte".

É o meu voto.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA N. 22.045-7

ORIGEM : ESPIRITO SANTO

RELATOR : MIN. MARCO AURELIO

IMPES. : JUDITH COUTINHO REIS E OUTROS


ADVS. : DORIO ANTUNES DE SOUZA E OUTROS

IMPO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA

Decisão: Por votação unânime, o Tribunal deferiu o mandado de segurança, nos termos do voto do Relator. Plenário, 26.05.95.

Presidência do Senhor Ministro Sepúlveda Pertence. Presen-
tes à sessão os Senhores Ministros Morêira Alves, Nêri da Silveira,
Octavio Gallotti, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e
Maurício Corrêa. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros
Sydney Sanches, Celso de Mello e Francisco Rezek.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando
Barros e Silva de Souza.


LUIZ TOMIMATSU
Secretário